

**EDUCAÇÃO E MILITÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE SOCIOLOGIA NA
UFRJ E NA APSERJ - ENTREVISTA COM PAULA MARTINI**

Gracielle Rodrigues¹

Lier Pires Ferreira²

Roberto Mosca Junior Junior³

RESUMO: Entrevista concedida, como as demais que integram o presente Dossiê da Revista *Perspectiva Sociológica*, como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de formação da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ) nos anos 1980. Os relatos jogam luz sobre a discussão da profissão de sociólogo, que acabou abrindo caminho para luta pela reinserção da Sociologia na escola básica, então nomeado 2º grau, com a aprovação da obrigatoriedade alcançada na constituição estadual de 1989. São sete depoimentos de cientistas sociais que se envolveram em maior ou menor grau na criação da Associação e na luta pelo retorno da sociologia à escola básica. A presente entrevista é um depoimento de Paula Martini, Socióloga, ex integrante da diretoria da APSERJ, hoje trabalhando no SENAI Departamento Nacional. Os depoimentos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas entre setembro 2020 e junho 2021 no âmbito da pesquisa acadêmica “Organizações e Lutas pelo Ensino de Sociologia na Educação Básica” proposta pelo prof. Lier Pires em parceria com o prof. Roberto Mosca Junior e a bolsista Gracielle Rodrigues do Programa de Iniciação à Docência desenvolvida no contexto da licenciatura em Ciências Sociais Colégio Pedro II, PIBID/CP2.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Movimentos Sociais, Memória.

ABSTRACT: The interview granted herein, like the others included in this Dossier of the *Sociological Perspective* (issue #32), forms part of cultural memory work through the recovery of facts and pathways, relating to the formation process of the Professional Association of Sociologists of the State of Rio de Janeiro (APSERJ) in the 1980s. The reports shed light on discussions about the sociologist profession, which ended up paving the way in the struggle for the reinsertion of Sociology into basic education, in what was then called the 2nd grade, with the approval of this obligation achieved in the 1989 state constitution. There are seven accounts from social scientists who were involved to a

¹ Graduanda em Psicologia - Universidade Veiga de Almeida. Ex-bolsista no PIBID/CP2 - 2020.

² Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Titular do Colégio Pedro II. Pesquisador do Laboratório de Estudos Políticos de Defesa e Segurança Pública (Lepdesp/UERJ) e do Núcleo de Estudos dos Países BRICS (NuBRICS/UFF).

³ Doutorando e mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UERJ. Pesquisador (CNPq) do LAEDH/CPII, na linha de pesquisa do Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

greater or lesser extent in the creation of the Association and in the fight for the return of sociology to basic education. This interview is an account from Paula Martini, a Sociologist, former member of the APSERJ board, currently working in the -SENAI Departamento Nacional. The accounts are part of a series of interviews carried out between September 2020 and January 2021, as part of the academic research “Organizations and Struggles for the Teaching of Sociology in Basic Education”, proposed by Prof. Lier Pires in partnership with Prof. Roberto Mosca Junior and scholarship holder Gracielle Rodrigues from the Teaching Initiation Program developed in the context of the Social Sciences diploma at Colégio Pedro II, PIBID/CP2.

KEYWORDS: Teaching of Sociology, Sociology in High School, Social Movements, Memory.

Lier Pires Ferreira (LPF): Em primeiro lugar, eu queria agradecer a presença da Paula Martini, uma companheira antiga de lutas no contexto da APSERJ. Quando eu comecei na minha vida profissional, em 1989, quando eu me aproximo da APSERJ, das nossas famosas reuniões semanais, às terças-feiras, lá na sede do Catete, a Paula já era uma figura proeminente junto com outros colegas que estão sendo entrevistados aqui também, como o professor Mauro Petersem. E hoje a gente se reencontra depois de tantos anos nesse projeto de memória, em que a gente se associa, eu, professor Lier Pires Ferreira, com o professor Roberto Mosca Junior, junto com a Gracielle, que é a nossa bolsista de PIBID. Então, é com muita alegria que a gente te recebe hoje, é um prazer imenso te reencontrar. E se você e Mosca me permitirem, começo logo entrando no papo principal que é pedindo para que você se apresente, evidentemente. Mas que também já traga aí, as questões de base: as suas influências. Como é que foi o seu ambiente familiar? Qual é a formação dos seus pais? Onde você estudou? Qual é a sua formação escolar e acadêmica? Quais são as suas filiações intelectuais? E enfim, as obras mais marcantes dessa primeira etapa da sua trajetória de tanta luta, de tantas conquistas, que certamente vai ser muito importante a gente resgatar aqui hoje.

Paula Martini (PM): Prazer, então, estar com vocês, Mosca e Lier. Muito obrigada pelo convite. Foi uma surpresa muito agradável, através do Mauro, receber essa indicação do que vocês estavam fazendo. Esse resgate de informações através da metodologia da história oral, para poder recuperar um pouco a questão da Sociologia no Ensino Médio, que na época nós chamávamos de Sociologia no Segundo Grau. Isso é anos 1980. E a

minha vivência então, relacionada com a APSERJ. Na primeira vez que o Lier me ligou, nós conversamos como se fossemos grandes amigos, antigos amigos que estávamos nos revendo depois de quinze dias. [risos] Nós falávamos com tanta intimidade, com tantas referências em comum. E foi muito agradável essa primeira conversa. Acredito que hoje vai ser igualmente. E a gente tem, realmente, essa bagagem muito forte, muito marcante. Acho que na formação da gente, uma coisa de identidade mesmo. Que mesmo que a gente não esteja em contato. Passaram-se trinta anos? Eu acho, não é? Conseguimos conversar como antigos e bons amigos. Muito obrigada, mesmo, pelo convite. Eu tenho... Eu entrei no IFCS em 1981. Me formei no final de 1984, a formatura foi no início de 85, por conta de calendários mexidos em greve, essas coisas todas. Então em 1985 - eu fui rever aqui nos papéis que eu tinha - a minha primeira aproximação com a APSERJ marca o finalzinho da minha graduação, 1984, 1985. E eu vou até 1990, mais ou menos. Então, foram cinco anos da minha vida ligados à APSERJ. Eu sou carioca. Eu nasci em 1962 e tive a minha formação de Escola Básica, toda a Educação Básica, atualmente o fundamental e o médio, todos no colégio Teresiano, lá na zona sul, no Rio de Janeiro, na Gávea, um colégio de formação católica. Esse era o meu universo de formação na Educação Básica e vou fazer a faculdade, vou fazer o vestibular, e escolho fazer Ciências Sociais na UFRJ, e lá eu faço...

LP: De onde vem essa escolha Paula?

PM: Dramas de adolescente [risos], a minha questão de adolescente era salvar o mundo. Uma questão básica, muito simples, não é? Essa perspectiva de salvar o mundo, havia algumas possibilidades, algumas coisas de não interesse. Acho que muita gente na adolescência faz isso, não é? “O que eu não vou querer fazer?” na hora da escolha do vestibular. E aí vão sobrando algumas coisas, e ali eu vou escolhendo as coisas mais importantes e o que eu tenho mais familiaridade. Eu tinha também uma questão latente, não é? Que era a questão de identidade sexual. Eu vou me considerar, e me apresentar como uma mulher lésbica muito depois, já nos anos 1990. Mas ali, na adolescência, isso era uma questão. Que eu lendo algumas coisas da Antropologia, eu descobri ali uma maneira de tentar buscar essa consolidação, e essa explicação sobre quem eu era no mundo. E acabou, Lier, que eu não fui concentrar os estudos na área da Antropologia. A Sociologia e a Ciência Política foram muito mais importantes para mim na graduação e

muito mais importantes também na minha trajetória profissional, nesse período dos anos 1980. Coisas que acontecem na vida.

A minha formação familiar, meus pais são intelectuais. Os dois são professores da UFRJ. Minha mãe é professora da UFRJ em Letras e, quando eu nasci, minha mãe já era doutora em Filologia Românica na Europa. Então um ambiente, realmente, de família intelectual. Meu pai era advogado e, no início dos anos 1970, final dos anos 1960, 1970, papai é convidado para fazer parte também da UFRJ, na recém criada Escola de Comunicação, ali na Praia Vermelha. Então mamãe, na Avenida Chile, perto da Catedral, na Faculdade de Letras, e papai na Praia Vermelha, na Escola de Comunicação, ele é inclusive, professor fundador da Escola de Comunicação. Papai faleceu. Mamãe está aposentada. Mas a força da UFRJ na história familiar nossa, nos dramas, brigas e conflitos da vida acadêmica, eram muito marcantes nas conversas da mamãe, especialmente, conosco, sobre o que era o mundo do trabalho para ela na época. Então, é mais ou menos essa a história familiar.

Roberto Mosca Junior (RMJ): Professora Paula, o centenário da universidade desse ano deve ter tocado bastante a família de vocês, não é?

99

PM: Nem tanto. Porque mamãe está com noventa e dois anos. Então, não está muito próxima. Esse ano o que aconteceu foi uma live da Faculdade de Letras, fazendo uma retrospectiva sobre a criação da Faculdade de Letras. Que ela sai FNFi, acho que se chamava. Era Faculdade Nacional de Filosofia, que é no início dos anos 1960, ali na Erasmo Carlos, estava concentrado toda a área de humanas, da chamada, na época, eu acho, Universidade do Brasil. Acho que é assim que se chamava ali então, na Erasmo Carlos. E por um contexto político, inclusive também, da própria chegada da ditadura, as faculdades que estavam ali, todas elas concentradas, começam a ser deslocadas. Muitas delas, algumas delas, colocadas lá na Praia Vermelha, acho que engenharias, principalmente, foram as primeiras. E a {Faculdade de} Letras vai para um barracão improvisado ali na Avenida Chile, perto da nova Catedral. Essa live aconteceu, mamãe não participou falando, não é adequado atualmente. Mamãe está com... Ela conversa, fala, mas ela não tem mais memória dessas histórias. Mas então houve uma retrospectiva histórica. Talvez tenha sido, Mosca. Eu não tinha me dado conta disso. Talvez tenha sido uma ação de cada uma das faculdades, das sub-reitorias sobre a história da UFRJ, pode

ser. Bem, nesse retrospecto, é isso, eu vou cair nas Ciências Sociais em 1980, e lá a gente a começa... Eu começo a entender um novo mundo, inclusive, com contato com pessoas assim, de correntes políticas que eu não sabia, não conhecia. Eu chego bastante sem vivência da política partidária brasileira nos anos 1980, ainda em ditadura militar, e ainda ouvindo ali algumas pessoas relatando como tinha sido duro 1969, como tinha sido duro a década de 1970. E nós ali chegando, os calouros de 1980.

LP: Paula, do ponto de vista político-ideológico, essa sua família tão intelectualizada, tão acadêmica, não é? Como eles se posicionavam nesse aspecto político-ideológico? Em relação ao momento brasileiro que eles mesmos viveram de uma forma intensa?

PM: É mais forte a influência da minha mãe, tá? Aí eu costumo dizer: quando o Lula foi preso, eu fui a Curitiba por trabalho, uma outra coisa. Mas eu fui visitar a Polícia Federal, o movimento, o acampamento lá e deixei minha cartinha lá. E na minha cartinha eu falo: eu sou petista por causa de minha mãe. Que na eleição de 1982, eu lá no IFCS tentando entender todas aquelas correntes. O MR8 [Movimento Revolucionário Oito de Outubro] ainda estava, o PCdoB [Partido Comunista do Brasil] e tudo mais. E mamãe, em 1982 já fala: não, eu vou votar no PT [Partido dos Trabalhadores]. A Benedita da Silva era a candidata à vereadora. E a Benedita fazia campanha lá na UFRJ. E mamãe veio com a proposta dentro de casa, falando conosco que era um grupo de professores, que estavam todos fechados para obter aquela proposta nova. Era uma proposta muito diferente, era isso que era importante para o compromisso deles como intelectuais com a sociedade brasileira, com as pessoas que mais precisavam de apoio, nesse momento nos anos 1980. E mamãe vai para passeatas, não todas, mas ela vai para algumas passeatas. Aquela de 1 milhão na Candelária ela vai estar, na Diretas Já ela vai também. Então é essa a influência maior na política familiar, é essa que eu tenho da minha mãe, com certeza.

LP: Legal. Professor Mosca, continue na condução, por gentileza.

RMJ: Então, Paula, você está dizendo para a gente que a sua chegada na Ciências Sociais é marcada por essa conjuntura política da redemocratização e o acesso ao IFCS da UFRJ no Largo do São Francisco, te joga nesse “caldeirão da redemocratização”. E a gente queria um pouco falar desse ingresso no campo das Ciências Sociais. Você falou também da opção, já um pouco, mas como é que é o seu início de curso nas Ciências Sociais?

Quais são as primeiras impressões que o curso te causa? Existem professores marcantes? Textos?

LP: Livros.

RMJ: Livros? Como é que é? Você já começa a se aprofundar em alguma área, em alguma temática? Porque a gente tem a Antropologia. Você já falou da Antropologia, um pouquinho, a Ciência Política e a Sociologia. Como é que isso vai se dando? Como é a sua trajetória nesse início aí, dentro do curso de Ciências Sociais ou no campo das Ciências Sociais?

PM: Vou tentar agora estruturar uma resposta para você. Ciências Sociais é no terceiro andar no IFCS. O segundo andar o IFCS era História e o quarto andar era Filosofia. Então isso eram territórios bem marcados. A gente frequentava o espaço, e a gente, quando queria socializar, ia para os outros andares para encontrar os colegas de outras tribos. O IFCS era marcado por muitas patotinhas políticas e algumas de classe social também. Isso também era muito marcante. Então tem escolhas que a gente vai fazendo aí durante a trajetória. Eu tive uma grande companhia durante os meus quatro anos de graduação, que era meu namorado na época e tornou-se meu marido no final dos anos 1980, que era o Mauro Petersem. O Mauro, ele... Logo no início do primeiro ano a gente começa a namorar. E a gente começa a fazer, então, uma dobradinha de militância política, partidária e profissional. Não só na APSERJ mas também no sindicato dos professores estaduais, o SEPE. Estaduais e municipais, era um sindicato só. Militância, é... Como se chamava aquilo? Militância acadêmica dos estudantes, não é? A gente chega a fazer uma chapa para...

LP: Movimento estudantil?

RMJ: Movimento estudantil

PM: Pois é, mas não era. A gente não fazia movimento estudantil para fora, era dentro do IFCS. Era uma chapa para fazer parte da representação estudantil no órgão colegiado de decisões ali do IFCS. Me escapa o nome, eu não tenho vivência acadêmica mais, eu não sei te dizer.

LP: É um pouco do que a gente chama de movimento de área, não é, Paula? É aquele cara que não tem vinculação política partidária explícita que está trabalhando ali mais nas questões internas do curso, do que na parte mais geral das grandes bandeiras partidárias, é isso? Me explica melhor um pouco do que você está colocando para a gente. Como era essa questão do envolvimento no movimento estudantil?

PM: Era alguma coisa ligada aos próprios alunos, terem mais voz dentro das decisões sobre reformulação de currículo, e sobre práticas acadêmicas, pedagógicas, de pesquisa, que estavam surgindo para os alunos da graduação. Era uma coisa nesse sentido, não tenho muita memória sobre isso, não. Eu lembro que a gente fez campanha para uma representante nossa, depois nós mesmos concorremos, Mauro concorreu, eu concorri. O nosso grupinho tinha o Pedro também. O Pedro também ganhou algumas coisas nessa representação, Pedro Luis. E era uma situação muito mais ligada a dinâmica acadêmica dos nossos cursos, o nosso curso especificamente das Ciências Sociais, e o interesse nosso... Também numa reformulação que acontecia na época, acho que já tinha acontecido, estava implementando. Que era a junção do bacharelado com a licenciatura. Criar um tronco comum inicial, dois, três anos iniciais. E no último ano, havia como se fosse duas grades paralelas. Uma grade mais de pesquisa para formar o sociólogo, e uma grade que não abria mão de uma dessas disciplinas da pesquisa, mas que complementava com as disciplinas da Praia Vermelha.

LP: Paula?

PM: Sim.

LP: Essa é uma questão importante para a gente porque você está dizendo, se eu entendi, que na verdade existiam dois cursos separados, a licenciatura e o bacharelado, e naquele momento, vocês estavam fazendo um movimento que a ideia era criar um tronco comum e uma ramificação posterior no último ano. É isso? Aonde o bacharelado priorizaria a pesquisa, e a licenciatura priorizaria a docência, é isso?

PM: Não sei. Eu não sei te dizer se foi uma coisa que aconteceu durante esses quatro anos meus iniciais, ou se tinha acontecido logo antes de eu entrar. Eu sei que a minha geração já se beneficiou disso.

LP: É o modelo três mais um que a gente chama, né? Três anos de formação básica e um ano de especialização ao final, no campo da docência.

PM: E esse último ano havia uma situação curricular, em que havia disciplinas que eram comuns, tanto para quem fazia bacharelado e licenciatura. Quem não quisesse fazer licenciatura, tinha mais disciplinas opcionais para complementar o seu currículo de sociólogo. E quem quisesse fazer a formação pedagógica, saía com o diploma também da licenciatura. Então, na verdade podia dizer que era assim: era três mais meio, que já daria um diploma de sociólogo, e esse meio sendo complementado com mais meio, não era meio ano porque eram dois semestres né. Meia grade curricular, daria o diploma da licenciatura. E quem não quisesse gastar esse tempo fazendo a licenciatura, pegaria esse “meio”, essa “meia” carga horária do ano e faria mais disciplinas opcionais da sociologia... Não. Não. Do curso de Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Sociologia, tanto faz. Então, na verdade, em quatro anos eu saí com dois diplomas. Eu não passei o último ano fazendo só licenciatura, não foi isso. O último ano eu fiz ainda disciplinas do IFCS, e à tarde eu fazia a Praia Vermelha. Então, com a carga horária da manhã no IFCS, eu garantia o diploma de socióloga, de bacharel em Ciências Sociais, era esse o diploma nosso. E com as disciplinas da tarde eu garantia o diploma de licenciatura em Ciências Sociais em quatro anos.

LP: Esse foi o mesmo modelo que eu fiz na UFF.

RMJ: Paula?

LP: Só desculpa Mosca, eu queria que ela falasse um pouco de como é que foi essa chegada dela no universo da licenciatura na Praia Vermelha. O que você encontrou? Como é que era a qualidade dessas aulas? Como é que os alunos se envolveram, ou não se envolveram nessas discussões de cunho mais pedagógico? Como é que era esse universo de eventualmente vir a lecionar no Ensino Médio? Como é que isso era interpretado pelos diversos alunos ou até pelas diversas tribos das Ciências Sociais que você pontuou aí no início na tua fala? Inclusive com uma clivagem de classe sobre a qual, se você pudesse, eu gostaria que você falasse um pouquinho mais.

PM: Tá! Essa proposta curricular, só dando uma referência de nome, foi capitaneada por uma professora chamada Maria Estela.

LP: Maria Estela Amorim?

PM: Isso. Maria Estela Amorim. Acho que ela era chefe de departamento. E essa era uma proposição dela, muito caracterizada como... Não é autoria, mas assim muito, muito... uma bandeira dela forte, ela levando isso. E havia uma resistência dentro dos professores mais ligados à Antropologia, especialmente, ligado ao pessoal do Museu Nacional, dizendo que aquilo era uma besteira, que estava desvirtuando e enfraquecendo uma formação mais acadêmica do bacharel nas Ciências Sociais. E a Maria Estela vinha com um discurso da necessidade de preparar esses profissionais das Ciências Sociais para alguma inserção no mercado de trabalho, e não apenas para uma formação acadêmica. Isso é início dos anos 80, obviamente que o mercado de trabalho para sociólogo, para todo mundo, era ruim.

LP: [risos]

PM: Nós éramos chamados de ‘geração perdida’. Foi a primeira vez que eu estava me formando e me disseram: *não, o pessoal dos anos 80 é a geração perdida*. Depois do milagre econômico, o Brasil entra numa crise econômica e vocês não terão opção no mercado de trabalho. Então, a geração perdida éramos nós. E a Maria Estela vinha com essa proposta, apoiada por alguns professores, dizendo da importância de ter pessoas formadas, com formação acadêmica nas Ciências Sociais, mas que desse uma ferramenta que instrumentalizasse uma entrada formal no mercado de trabalho e não apenas um curso universitário que tivesse formando acadêmicos.

LP: E aí, essa aproximação com a questão da licenciatura nas Ciências Sociais capitaneada naquele momento lá no IFCS, pela Maria Estela.

PM: Sim, sim. E aí, o grupo da minha geração vai fazer licenciatura, era um grupo grande. Como eu te falei, nós tínhamos essa militância no movimento estudantil. Nós tínhamos uma certa liderança no grupo da nossa geração, um pouquinho mais novos, um pouquinho mais... Entre os mais velhos eu acho que nem tanto, mas, os mais novos, sim. E a gente vai fazer a licenciatura. Era um grupo bom que foi fazer realmente, nessa perspectiva de não ficar morrendo de fome depois que terminasse a faculdade, porque não tinha um emprego... Especialmente as pessoas que não tinham um perfil de classe social, de serem bancados pela família, de poder fazer cursos depois de pós-graduação no exterior, de

poderem ser inseridos por relações familiares, de encontrar posições dentro do mercado de trabalho tão apertado, tão diminuto que era o nosso nas Ciências Sociais. Esse grupo todo vai fazer, e eu também me interessei por isso. Fui fazer também a licenciatura. Agora, eu já tinha interesse pela Educação. Eu, no Ensino Médio, no Segundo Grau... Eu sou da geração que foi obrigada a escolher um curso técnico no Segundo Grau. Então quando eu tinha quatorze anos, eu ia entrar no Segundo Grau, eu tinha quatro opções, eram análises clínicas, publicidade, computação lá do colégio Teresiano, e formação para o magistério. E no meu pensamento muito pragmático sempre, eu olhei para essas quatro e falei: *bem, se uma dessas quatro vai me dar um emprego, vai ser dando aula*. Então, eu fui fazer o magistério no Segundo Grau. E quando eu estava na faculdade, o pensamento veio, também, nesse sentido. Existe uma opção pragmática de mercado de trabalho, que é a licenciatura, então, eu me interessei por isso e vou fazer também a licenciatura. E foi muito bom.

RMJ: O Paula, quando a gente conversou com o Mauro, ele citou, mais ou menos, esse clima, falou das questões das disciplinas pedagógicas na faculdade de Educação. E ele nos trouxe uma informação, não sei se você se recorda disso, a gente queria, na verdade, explorar um pouco isso, de uma experiência que me parece única e que não está registrada em nenhum lugar, que é uma experiência, digamos assim, de um primeiro curso de ensino de Sociologia no Colégio de Aplicação (CAP) da UFRJ, que teria sido motivada por professoras da área de Educação. Eu não sei se você estava nesse grupo junto com ele da prática de ensino, e que teriam feito uma experiência durante o estágio no Colégio de Aplicação da UFRJ, oferecendo um curso de Sociologia no Ensino Médio. Seria algo pioneiro naquele momento. Você se lembra dessa passagem? Você participou?

PM: Sim.

LP: A partir de um programa, inclusive, construindo por vocês em sala de aula.

RMJ: Isso.

LP: Por isso que eu te perguntei como é que foi essa tua chegada na licenciatura. Qual foi o ambiente intelectual que você encontrou ali? Quais foram as coisas legais e aquelas que, infelizmente, não são tão boas? O que te chamou atenção positiva ou negativamente

nesse teu ingresso? Que sai do IFCS, esse ambiente tão plural, e chega na licenciatura. Como é que foi essa chegada?

PM: Então, é... Se eu lembrar agora dessa prática pedagógica no CAP/UFRJ, tinha até esquecido, de verdade, aconteceu sim. Na Praia Vermelha, a estrutura das disciplinas era muito tradicional, eram quase todas professoras mulheres, bem conservadoras na abordagem acadêmica e na abordagem política. Então, a Praia Vermelha não tem uma força interessante para minha formação. Quando eu vou fazer mestrado em Educação, eu não escolho a Praia Vermelha, vou fazer na UFF. Mas havia, depois de alguns semestres, o segundo... Não me lembro se já no primeiro semestre, a gente vai fazer a observação e a prática no CAP/UFRJ, ali na Lagoa. Não me lembro os nomes das professoras, mas vocês tem razão, a gente formou com a turma um currículo. Eu dei aula no CAP... como estágio, como estágio para esses alunos que estavam ali, acho que estavam no terceiro ano do Segundo Grau na época. E foi uma semente plantada ali dentro, porque alguns anos depois o CAP/UFRJ vai fazer, acho que, o primeiro concurso para professor de Sociologia do Segundo Grau. Eu participo desse concurso também. Eu sou aprovada. Mas o primeiro colocado é o contratado que estava lá, que é o Trajano, o João Trajano.

RMJ: João Trajano, que está na UERJ hoje, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor João Trajano.

PM: É?

RMJ: Sim.

PM: Ele ocupa essa vaga. Eu até tenho aqui o ano, mas eu acho que já em 1987, né? Esse concurso, esse concurso da UFRJ.

RMJ: Pode ser... Eu não tenho essa data de cabeça. Mas todo registro que você tiver e puder nos passar, a gente agradece muito, porque são importantes para a gente narrar essa história. Agora você acha...

PM: Eu fui aprovada no concurso para professores de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Colégio de Aplicação da UFRJ, pelo setor de Sociologia em 1988.

LP: 1988

RMJ: Ótimo, é um documento que você tem sobre isso?

PM: É. É uma declaração assinada pela diretora do CAP/UFRJ.

RMJ: Se a gente pudesse ter uma cópia disso, seria ótimo para a nossa memória. Esse foi o primeiro concurso, você acha, para a vaga de Sociologia, de Ensino de Sociologia no Rio de Janeiro, Paula?

PM: No CAP/UFRJ?

RMJ: No CAP/UFRJ. A secretaria estadual de Educação estava fazendo concursos? Você lembra desse contexto? Já estou falando um pouquinho do mercado de trabalho...

PM: Eu creio que não. Acho que em 1988, não. Por que? Todo o movimento do conselho estadual de Educação, para preparar o currículo das escolas de Segundo Grau, de Ensino Médio, para a introdução das Ciências Sociais, é posterior.

RMJ: Se você, inclusive, Paula... A gente pode fazer uma transição desse momento, já para um momento... A gente pode falar da APSERJ, do seu ingresso, como é que você conheceu? Imagino que isso envolva aí, a luta pela implementação da Sociologia no Segundo Grau, a volta da Sociologia. Acho que esse era o nome da campanha. Se você quiser falar um pouquinho desse ambiente que envolve o concurso, mas eu imagino que, também, a APSERJ começa a aparecer na sua história. Na história da Sociologia pelas iniciativas... Aí você pode falar um pouquinho das principais iniciativas, como é que você conheceu a APSERJ? Quais são as principais iniciativas que você participa em relação a volta da Sociologia? Qual é o tipo de relação que você estabeleceu com essa luta para a implementação da Sociologia no Segundo Grau? Acho que isso seria bem legal nesse momento, se você tivesse memórias, conseguisse fazer uma narração disso para a gente.

LP: E Paula, sem querer acumular o conjunto de perguntas. Mas também, como é que isso se articula com a tua formação dentro do IFCS? Ou seja, quais eram as suas áreas de concentração? Como é que era um pouco dessa questão do currículo? Tinha iniciação a pesquisa? Tinha iniciação a docência? O que acontecia naquele momento? Que foi um momento, também, que você começa a se aproximar dessas lutas da APSERJ. Então, é tentar costurar isso para a gente de alguma forma.

PM: Tá. Então só para poder fechar essa cronologia. O concurso, então, do CAP/UFRJ em 1988, né?

LP: Isso, 1988.

PM: E o primeiro encontro sobre a introdução da Sociologia como disciplina no Ensino Médio, do Conselho Estadual de Educação, é em 1990. Então, o movimento da rede pública estadual do Rio de Janeiro, é dois anos depois do CAP/UFRJ.

LP: Possivelmente influenciado pela luta da APSERJ.

PM: Não, não. Certamente influenciado pela Constituição Estadual, aprovada em 1989.

LP: Qual é o resultado dessa luta histórica?

PM: [risos]. Agora sim. Aí andando para trás. [risos]

PM: A constituição de 1989 é influenciado com certeza, pela APSERJ. Aí sim. Mas o movimento do estado, a burocracia do estado pelo Conselho Estadual de Educação, ela só se movimenta porque a constituição mandou. Então, havia a prevalência da luta política, para uma conquista de direitos num contexto de constituinte estadual, de participação popular ampliada, como foi a constituinte de 1989, replicando a constituinte de 1987 e 1988, federal. Por causa da luta política que se consegue com o texto constitucional no estado do Rio, e com isso, pessoas e forças, já dentro da estrutura burocrática do estado, se percebem respaldadas para dar andamento, da maneira como era possível, e como era legítima, para entrada da efetiva disciplina no Ensino Médio. E eu acredito que não tenha sido, não me lembro mais, o primeiro concurso quando foi, mas deve ter sido em 1990, deve ter sido um pouquinho depois.

RMJ: O primeiro concurso para o estado foi em 1990.

PM: Então junto com o...

RMJ: É logo depois do processo. Aí em 1990 são três concursos, 1990, 1997 e 2004.

PM: Perfeito, perfeito. E esse primeiro encontro, ele foi realizado em maio de 1990. Então estava em paralelo a discussão do encontro, a discussão da grade curricular, como é que ia ser proposta a ementa da disciplina, provavelmente, e ao mesmo tempo o concurso público. Legal. Obrigado Mosca, não tinha essa...

RMJ: Nada. Eu vou insistir outra vez, Paula, acho que você vai tocar. Como é esse contexto até chegar a 1990? Se você puder falar os primeiros eventos que você lembra. Que forças são essas? Como é que é a sua atuação? A atuação da APSERJ nesse movimento que leva a aprovação na constituição estadual? Que é um marco para a volta da Sociologia no Rio de Janeiro, mas no Brasil também. O Rio de Janeiro, acho que é o quinto estado a aprovar. São Paulo tinha aprovado em 84, Distrito Federal, enfim... Falar um pouquinho desse contexto aí, até chegar a 1989,1990. Se você puder narrar para a gente.

PM: Então, olha só. Existe uma história que é como que eu me aproximo da entidade representativa. Então, eu recuperando aqui os papéis, que memória não deu certo, mas o papel vai puxando a memória. Eu tenho participação no Congresso Nacional dos Sociólogos, o quinto de 1984, no sexto de 1986. Nesse sexto, de 1986, eu já faço uma comunicação. Uma apresentação de uma comunicação oral, "Os cientistas sociais, e o magistério de Primeiro e Segundo Graus". Então, em 1986, isso aqui é no Paraná, essa daqui... eu já estou envolvida com a APSERJ, e eu levo para o congresso nacional, essa proposição como uma comunicação oral.

LP: Esse texto está publicado? Existe um texto sobre isso?

PM: Eu tenho certificado.

LP: Não, não. Um texto sobre a tua fala, foi feito um texto, não?

PM: Não.

LP: Foi só oral mesmo, não é?

PM: Não sei...

RMJ: Mas o certificado já vale muito para a gente também.

PM: É...

PM: Inclusive o nome das pessoas que assinam o certificado, acho que vai botando uma teia de referências. Depois a gente tem o sétimo congresso nacional de sociólogos, que já é na Bahia em 1988. E temos o congresso extraordinário dos sociólogos em 1989, no Rio Grande do Norte. Inclusive, nessa época, nós já tínhamos criado a Federação Nacional

dos Sociólogos (FNS). E nesse congresso extraordinário, uma das pessoas que assina é o Mauro. Ele assina como representante da Federação.

LP: Mauro, que vem a ser diretor da federação. Em 1990, quando eu fui ao Congresso Nacional de Sociólogos, em Belém do Pará, como representante do diretório acadêmico dos estudantes de Ciências Sociais da UFF, na Federal Fluminense, quem era o diretor, quer dizer, um dos diretores era o Mauro.

PM: Perfeito. Pode ser. Poder ser sim. Eu já estava fazendo outra trajetória. Eu estava fazendo mestrado em Educação. Já não estava mais nas Ciências Sociais, não. Mas é possível. E essa criação da Federação dos Sociólogos, ela é criada nesse congresso aqui da Bahia, de 1988, se não me engano. O Mauro deve ter essa memória muito melhor do que eu. Eu realmente não... Não foi uma coisa da minha vivência, tão forte. Bem, isso aqui é nível nacional. Em nível estadual a APSERJ promovia também vários eventos, então, eu participei de vários encontros de sociólogos no Rio de Janeiro. E sempre levando a questão da Educação. A Educação para mim era uma coisa importante pessoalmente e eu trouxe isso. Agora, sempre dizendo, mesmo nesse congresso a participação, a Sociologia no Segundo Grau, era uma questão marginal. O forte de um congresso de sociólogos nunca foi a Educação. A gente sempre ‘comia’ pelas ‘beiradas’ e essa preocupação de ter uma visibilidade social por conta de uma carreira dentro do serviço público nas Ciências Sociais, mesmo sendo na vertente pedagógica, não na vertente técnica, que seriam os sociólogos, era a minha bandeira, era o meu interessante, é o meu valor. É sempre marginal, sempre. A gente não tinha grandes destaques não. E a APSERJ nos deu esse destaque, porque também foi importante para a APSERJ. Então a gente tem o encontro estadual dos sociólogos em 1986, o segundo encontro estadual dos sociólogos em 1988, e o primeiro encontro estadual dos licenciados em Ciências Sociais em 1988. Essa mudança de nomenclatura, eu percebi que era importante para trazer para esse encontro as pessoas que faziam a faculdade em Campo Grande.

LP: A FEUC.

PM: É, o Otair, por exemplo. Porque era uma instituição de ensino superior que não tinha a vertente de bacharel. Só tinha a vertente de licenciatura. Então a gente fez essa... Ampliou o escopo para dar foco na luta de Sociologia no Segundo Grau, chamando esse

encontro de “licenciados” e não de “sociólogos”, que os formados na FEUC estavam fora.

LP: Paula, você está trazendo para a gente aí, registros absolutamente fundamentais para um processo de pesquisa. Assim, estou aqui quase explodindo de felicidade. Porque você está datando, fazendo assim, movimentos muito específicos de um registro que não está mais em lugar nenhum, Paula, só aí com você [risos].

PM: Sem problemas. A minha impressora...

LP: Mas assim, como é que foi a tua chegada para a APSERJ? Como é que você chega na APSERJ?

PM: Então aqui, com esses encontros de sociólogos eu tenho até um “paperzinho” da programação do grupo de trabalho da Sociologia. Então, isso aqui depois se quiser a gente aprofunda isso aqui. Como é que eu chego na APSERJ? Eu chego na APSERJ via esses encontros, esses congressos nacionais, eu te falei, primeiro que eu participo é o de 1984. E ali dá visibilidade, existe uma associação no Rio de Janeiro, que é a APSERJ. E na APSERJ, eu vou entrando, eu e o Mauro, acho que éramos nós dois que fazíamos mais isso. E vamos ali, buscando, então, um nicho para a gente.

LP: Ainda como alunos? Ainda como estudantes?

PM: Não. Já como formados. Já como formados. Como estudantes, seria em 1984. Foi muito pouco. Muito pouco. Eu tenho muito pouco contato com a APSERJ em 1984. Em 1985 a gente faz o concurso público municipal, para sermos professores de ensino fundamental, que a nossa licenciatura em Ciências Sociais nos deu direito a concorrer no ensino público municipal. Podíamos... A grade do município daquela época era: Estudos Sociais, de quinta e oitava série. Então a gente concorreu para Estudos Sociais. Depois essa grade de Estudos Sociais podia se dividir entre... Chegando lá dentro, a gente tinha que escolher, ou dava aula de Geografia, ou dava aula de História. No caso, Mauro e eu escolhemos dar aula de Geografia. Outros colegas escolheram dar aula de História. Depois a legislação do próprio ministério da Educação mudou um pouquinho. Tem um *paper* meu pequeno falando sobre isso, e falando desse drama dos licenciados em Ciências Sociais que não estavam conseguindo mais fazer o concurso que eu tinha feito em 1985 para o ingresso na rede pública de quinta a oitava série. Então a gente conseguiu

que o licenciado em Ciências Sociais tivessem esse direito através da entrada na matéria de História.

LP: Você está dizendo também que a importância desse concurso, que era um espaço de trabalho também para o licenciado em Sociologia.

PM: Sim. Só tinha esse.

LP: De outra forma não teria jeito.

PM: Não, só tinha esse.

RMJ: Paula!

PM: Nós estamos em 1985, não tinha outro.

RMJ: Isso era o que eu ia perguntar. Imagino que isso tenha dado tanto possibilidade material, que tenha tido também, uma consequência de uma reflexão sobre esses espaços, por exemplo, para o licenciando de Sociologia. Aí eu imagino que além dos encontros nacionais, dos encontros estaduais, existia um movimento também, que Mauro narrou um pouquinho, que vocês começaram a ir nas universidades e esse debate começou a ganhar corpo, de uma necessidade, não só, como já existia, da possibilidade das aulas de geografia, mas de aulas efetivamente de Sociologia, para receber esses formandos, não é? Egressos, que estavam almejando ser profissionais. Como é que era? Vocês iam às universidades? Você narrou um pouquinho dos encontros, desse espaço que discutia a Sociologia. Tinha a APSERJ, as campanhas iam às universidades? Como é que era a recepção? Quais universidades? Não sei se você tem memória disso.

LP: Quem eram os interlocutores nessas universidades? Caso existissem.

PM: É...

RMJ: Você falou da FEUC. Desculpa, só... Você falou da FEUC, mas eu imagino que a UFRJ, a UERJ e a UFF também tenham um pouco algum tipo de participação nisso.

PM: Eu tenho até uma lembrança de Petrópolis também. Acho que havia alguma coisa em Petrópolis, vocês falaram agora e me lembrei de Petrópolis.

LP: Na UCP?

PM: Eu acho que havia Petrópolis. Havia Campo Grande, que a gente tinha contato através de um aluno que era o Otair. Havia a UERJ. Havia a UFRJ. Eu não me lembro de contatos com a UFF. E a PUC não tinha a licenciatura. A PUC era só bacharelado em Sociologia, nem era Política, nem Antropologia, só Sociologia. Então, era mais ou menos isso o campo acadêmico que a gente tinha na época. Sociologia no Segundo Grau era um desejo um pouco tangível, até para nós que éramos militantes da Educação. Estou falando de 1985. E você vai ter, em 1985, a pauta política: Diretas Já! Aí você vai ter em 1986 a pauta política: eleição para governador, não é? Acho que 1986 é governador.

LP: Perfeito.

PM: Aí 1988... 1987... Em 1988 a pauta política é a constituinte federal. Em 1989 a pauta política é a constituinte estadual. Ainda tem a eleição para prefeito e vereador no Rio de Janeiro. Então, esse cenário é um cenário político-partidário que está acontecendo. E de prioridades nossas, sobrevivência nossa como formados tanto no bacharelado, quanto na licenciatura em Ciências Sociais. Bacharelado, zero de mercado de trabalho, a não ser se você fosse ser assessor de político parlamentar. Havia algumas pessoas que tinham conseguido entrar em alguns concursos, como o Jardim, por exemplo. Ele tinha o cargo de sociólogo no IBGE. Mas eram poucos. E não havia concursos nos anos 1980. Pouquíssimos concursos nos anos 1980. Então, o campo, o mercado de trabalho que nos sobrava era a licenciatura. E a licenciatura que nós tínhamos então, no momento de transição ali da burocracia de direitos. A gente tinha a possibilidade de entrar nessa quinta a oitava série, na matéria Estudos Sociais, e depois podia escolher Geografia ou História, e depois ficou só História. Havia também a OSPB e a EMC, Educação Moral e Cívica, organização social política brasileira. Que ideologicamente nós éramos contra. [risos]

PM: Porque eram elementos na composição curricular das crianças e jovens. EMC no fundamental e OSPB no Ensino Médio. De cunho ideológico muito forte. Apesar de que...

LP: Doutrinação...

PM: ... Alguns que já estavam lá dentro diziam: não, nós temos que aproveitar ao máximo esse momento para fazer ali as nossas aulas de Ciências Sociais, aproveitando esse espaço curricular. Então estrategicamente funcionava para algumas pessoas. Mas em

termos de postura ideológica e política da APSERJ, o nosso foco não era na manutenção dessas matérias no currículo. Elas são marcadas por nascença pela ditadura. Então, vamos assim vê a questão de sobrevivência que a gente tinha em 85. Preciso trabalhar, estou formado, formada, preciso trabalhar. Abre-se o concurso no ensino fundamental da prefeitura para estudos sociais. Vários de nós fazem esse concurso. 86, 1987, 1988, nada acontece em termos de abertura de mercado de trabalho. Em 89 nada acontece em termos de abertura de mercado de trabalho para nós, nem bacharel, nem licenciatura. E há uma questão de sobrevivência. Há uma questão também: como é que eu faço para os meus colegas sobreviverem? Para aqueles que vem depois de mim possam ter um espaço no mercado de trabalho. Então esse é o motivo dessa luta toda pela inclusão da Sociologia. Que a gente começou a vislumbrar que haveria uma possibilidade chegando no Ensino Médio. Num desses encontros, eu acho que no encontro de licenciados é quando a gente coloca na mesa a opção estratégica efetivamente, é o encontro no IFCS. E a gente tem um colega nosso que até se aproximou da APSERJ, que faz uma apresentação de uma tese, uma proposição. Marlos? Acho que é Marlos o nome dele. A proposição do Marlos era de que a mudança...

LP: Marlos ou Marcos?

PM: Não. Com ‘L’

LP: Marlos.

PM: Eu acho que era esse o nome dele. Ele tinha um mestrado em Educação. Ele dizia que ‘a composição das disciplinas do ensino fundamental e médio, ela deve-se passar por uma reflexão dos conselhos estaduais de Educação’. Segundo ele, sempre que o legislativo propunha novas disciplinas e novas matérias, era por uma questão corporativa, de pressão corporativa vocalizada pelo parlamentar, ou era uma questão que o próprio parlamentar tinha como uma situação particular, por exemplo, o parlamentar perdeu o filho num acidente de trânsito, então propunha uma matéria de Educação para o trânsito nas escolas da rede municipal, ou então, alguma outra coisa de caráter corporativo. A linha parlamentar não era bem vinda na visão...

LP: Paula?

PM: Fala.

LP: Deixa só eu me situar. Esse Marlos era da onde? Da própria APSERJ?

PM: Ele é sociólogo, ele frequentava as reuniões nossas da APSERJ. É um amigo casado com uma amiga minha. Eu acho que essa decisão que a gente então... Aí vocalizada por mim, a tese contrária de que nós deveríamos sim insistir no legislativo. Eu acho que ela é de 1988, no encontro estadual de licenciados, eu acho que é dessa época. Que aí é uma questão... A minha proposição é assim: estrategicamente é melhor a gente apostar no legislativo, do que a gente esperar o movimento do conselho estadual de Educação que é um movimento mais acadêmico e mais reflexivo.

LP: Então essa ideia que você vocaliza é trazida originalmente por esse professor, enfim, chamado Marlos.

PM: Marlos era ao contrário. Marlos era esperar o conselho.

LP: Ah, tá.

PM: O Marlos era fazer forças nos conselhos estaduais. Isso provavelmente foi debatido nesse encontro de licenciados que é de outubro de 1988. Então assim, constituição federal aprovada, ou fase de aprovação, e as constituintes estaduais iniciadas. Então, eu acho que é nesse momento daqui que há esse conflito dentro da própria APSERJ, academicamente, teoricamente. O lugar de reflexão da composição curricular são os conselhos estaduais, que é a tese vocalizada pelo Marlos. E estrategicamente seria mais eficiente nós pressionarmos os parlamentares, que foi a tese vocalizada por mim e pelo Mauro. E isso é colocado nesse momento. E acaba que a gente consegue então vencer essa... Como diretriz. E a gente faz o ano de 89 todo da APSERJ voltado para as assinaturas da emenda popular pela inclusão da Sociologia no Segundo Grau. Acho que era uma emenda popular que chamava.

LP: Você já como diretora da APSERJ.

PM: É. O meu cargo lá era secretária. Havia só cinco cargos na estrutura da APSERJ. O meu cargo é secretária, do Mauro era tesoureiro. Uma diretoria de cinco cargos. E a dinâmica nossa, é uma dinâmica colegiada. O presidente é o Oséias, mas não há uma prevalência de um sobre o outro.

LP: Uma hierarquia rígida, né?

PM: É. Era tudo muito colegiado. Acho que a Maria Helena também fazia parte dessa chapa, acho que ela era cultura, uma coisa cultural.

LP: E o Jardim, não era isso?

PM: Jardim era... Eu tenho aqui um outro documento que fala sobre isso. Esse aqui.

LP: Paula você tem que socializar isso com a gente, Paula. [risos].

PM: Esse boletim da APSERJ de março de 1988, que fala aqui assim: a diretoria eleita. Aí conta o segundo encontro estadual dos sociólogos. Conta aqui a diretoria eleita, Osáias presidente, Jardim vice-presidente, Paula secretária, Maria Helena diretora cultural, Mauro tesoureiro. E suplentes, tem aqui cinco suplentes e dois conselhos fiscais.

LP: Você tem alguma notícia desses suplentes? Você tem contato com algum deles ainda?

PM: Não. Lindalva Guerra Brás, Glória Regina Manoel, Orlando Alves de Paiva, Regina Côrtes de Oliveira, Luiz Sérgio da Mata Machado. Não me soam, não sei. Talvez a Maria Helena saiba se eram pessoas da chapa anterior, não sei.

RMJ: Paula, posso insistir num ponto? Que é sobre as universidades, como é que era esse ambiente de ida para a divulgação dessa campanha, dessa estratégia que vocês adotaram? E quais os principais interlocutores? Quais são os nomes, ou professores dos departamentos, ou estudantes que foram se aproximando da APSERJ? Não sei se você consegue relatar isso para a gente. Acho que seria bem enriquecedor se você conseguisse. Tudo o que você está falando está sendo ótimo, mas especificamente nessa ida às universidades e nomes que começaram a apoiar isso.

PM: O trabalho de campo na universidade eu não tenho memória não, tá? De como é que a gente fazia, não tenho memória. Mas eu tenho aqui, por exemplo, a composição do primeiro encontro estadual dos sociólogos, que é a programação, e é de 86, e a promoção da APSERJ. Enquanto promoção da APSERJ, a gente vai ter a mesa redonda em 86, Ciências Sociais e o magistério de primeiro e Segundo Graus. Aí os expositores são: Luitgarde Cavalcante Barros, que é a UFRJ, Elizabeth Soares, eu acho que a Elizabeth Soares é da faculdade de letras da UFRJ, Jorge Ricardo Santos Gonçalves, Abby Goldfeld, ou é Abby Goldfeld que é UFRJ letras, não me lembro mais, Maria Regina de

Castro.... Aí tem as outras temáticas que são... postura sindical, questão agrária, e outras temáticas. Então é uma coisa muito ligada na UFRJ, em termos acadêmicos é muito UFRJ. Deixa eu ver aqui, o segundo encontro estadual dos sociólogos, têm um paper meu aqui com o parecer do Conselho Federal da Educação, coisinha pequena. Outros nomes... Está aqui, segundo encontro estadual dos sociólogos, têm nomes de... Os nomes que participam do trabalho do sociólogo e a qualidade de vida da população. Aí tem uma pessoa da UFRJ, uma da ENGERIO, outra Fundação Oswaldo Cruz, e o próprio Oséias, a mesa redonda o sociólogo na gestão do meio urbano do Rio de Janeiro, aqui entra a UFRJ, a secretaria municipal do desenvolvimento social, escola nacional de saúde pública. Não sei se havia uma segunda página, eu perdi, não tenho mais. Então, havia uma relação da APSEERJ, dos eventos da APSEERJ, não só da Educação, mas nas outras temáticas que eram ligadas no local de trabalho que as pessoas ligadas à UFRJ tinham. Essa relação com a Fiocruz e a ENSP, é porque um deles era da área da saúde, aí tinha um pé lá e vinha. Aí puxavam uma pessoa da secretaria municipal de desenvolvimento social, que aí era o pézinho do Oséias. Oséias era ligado a essa área de desenvolvimento social. O Jardim era ligado ao IBGE, mas acho que ele não conseguia puxar. O IBGE acho que não conseguia puxar muita gente para vir não. Mas o Jardim tinha ótimos relacionamentos em outras instituições, então ele trazia essas outras pessoas. Em termos acadêmicos, a força acadêmica que a gente tinha era a UFRJ. É a minha lembrança. Não sei se eu estou enviesada. Mas eu não me lembro de...

RMJ: Não tem problema nenhum.

LP: Quem eram os professores que estavam mais ligados a essa questão da Sociologia?

RMJ: Falou da Luitgarde que passou gerações. A minha geração também foi muito influenciada por ela, as que vieram depois também. A votação de 2001 do PL do Padre Roque, ela está presente, fazendo falas em atividades públicas em favor da Sociologia. Mas existiam outros?

PM: A Maria Estela, como eu tinha te falado, já foi chefe do departamento. A Luitgarde, como uma grande companheira nossa, mas só na questão acadêmica, desculpa, só nas questões ligadas à questão da Educação, da Sociologia no Segundo Grau. Então, como

um aporte acadêmico, a militância sindical da APSERJ a Luitgarde não se envolvia. Não sei, eu não me lembro. Não me lembro de outros.

RMJ: Deixa eu te fazer uma pergunta aqui, é importante, mas é uma curiosidade. Você lembra da votação em plenário, Paula? Você estava presente nesse dia? Como é que era o clima? Você estava dentro do plenário? Fora? Você lembra de alguma coisa desse momento? Mais simbólico digamos assim.

PM: A votação da emenda?

RMJ: Isso.

PM: Eu não fui. Eu me lembro que houve uma defesa. Acho que foi a Moema Toscano que fez a defesa em plenário. O Jardim é que acompanhou. O Jardim e o Oséias que tinham mais esse trânsito. E não era uma votação. Era uma emenda em uma constituinte. Então, não era uma emenda em uma constituição. Era uma emenda em uma constituinte. Então, era o número de votos, o número de assinaturas que a gente coletou em praça pública e tal. E a defesa oral, sustentação oral. E aí tem a composição do texto constitucional, que eu acho que a gente não participava, pelo menos eu não participei. Eu não vi a elaboração do texto, e a proclamação da constituição, acho que de 89 mesmo sobre isso. Me lembro que havia um deputado Caldeira. Caldeira Brant, que tinha...

RMJ: Acácio Caldeira.

PM: Acácio Caldeira?

RMJ: Acácio Caldeira que apresenta a proposta no parlamento, na assembleia né?

PM: É. A gente tinha que coletar assinaturas em praça pública, com a justificativa, com o texto e tudo mais. Mas isso tudo costurado com o representante parlamentar. E aí a gente tinha... Acho que o Caldeira que pegou a nossa. Mas havia um outro líder, um outro parlamentar muito importante nessa articulação dentro do congresso, que era o Godofredo Pinto. Só que o Godofredo tinha uma agenda de ementas muito grande, ligado ao próprio sindicato, ligada a outras representações. Então, a nossa ficou com o Caldeira.

LP: Paula, uma questão que eu gostaria só para fazer uma ponte. Você fala que essa proposta de buscar pela via parlamentar, pela legislativa, uma luta, um espaço para a

atuação do profissional de Sociologia, para o professor, para o licenciado em Sociologia. Ela sai um pouco dessa tua presença, e particularmente da tua parceria, do diálogo político com o -Mauro dentro da APSERJ. E oposição até de outras teses que gostariam de esperar o fortalecimento pelos conselhos estaduais de Educação, etc. Essa tua percepção... Tua, do Mauro, enfim. Ela vinha da experiência que vocês tinham como professores de geografia e da participação que, de alguma forma, vocês tinham também na AGB Rio ou alguma coisa assim, ou não?

PM: Vinha de uma... Um trabalho, uma conversa, um trabalho publicado que eu não me lembro mais, da Moema Toscano. Eu não sei se é o discurso dela na defesa na assembleia legislativa, na assembleia constituinte. Eu acho que não. Eu acho que...

LP: É o texto dela anterior.

PM: É. Pois é. É o texto dela anterior. É um texto que ela vem trazendo a presença da Sociologia na estrutura curricular do Pedro II, acho que da rede pública federal, desde os anos 30. E ela vai traçando isso como um momento que a Sociologia aparece e submerge na composição curricular. Depois ela aparece e submerge. Depois ela aparece e submerge. E esse traçado que ela fez para a gente nos anos 80, acompanhava os processos de democratização e de fechamento da política brasileira. Então, eu não me lembro, mas existe alguma presença de Sociologia em currículos no Brasil antes da ditadura. Eu não me lembro aonde. Mas esse texto da Moema fala sobre isso. E existe uma presença antes disso, que vai ser caçada durante o Estado Novo. Então, tem alguma coisa nos anos 30 de presença da Sociologia que no Estado Novo ela desaparece. Depois, na redemocratização nos anos 40, ela reaparece. Depois, desaparece de novo na ditadura.

LP: Esse texto que você está falando, eu acho que é "Introdução à Sociologia", é uma obra de 1987 publicado, se não me falha a memória, pela editora "Vozes", é uma obra da Moema Toscano. Talvez seja esse o material, o livro a qual você se refere.

RMJ: É. E a tese central é da intermitência da presença da Sociologia vinculada a períodos democráticos e autoritários. Que é um debate, inclusive, que já tem revisão bibliográfica. Hoje é questionado por alguns autores, mas você tem toda razão, é um debate importantíssimo hoje, dentro da história e da institucionalização da Sociologia no Ensino Médio. É isso mesmo.

PM: Isso. Esse contato com esse texto... Agora você está me dizendo que é uma introdução ao livro dela...

LP: Eu conheço esse livro, eu estou só colocando. Mas ela pode ter um texto avulso, alguma coisa que seja menor do que o livro. Alguma derivação do livro.

PM: É porque a Moema, ela é trazida... A Luitgarde faz a ponte com a Moema. A Luitgarde trás a Moema para nos conhecer, aqueles jovens que estão lá na APSERJ, querendo fazer aquilo de novo. [risos]

PM: E a Moema muito gentilmente, com muito carinho, e depois com muita energia, a pessoa ali em pé numa constituinte, defender... Ela acredita naquilo. Não é uma ideia sem mais, nem menos. Ela acredita nisso. Ela acredita na Educação. E acredita no papel das Ciências Sociais para uma boa Educação para a população brasileira. Isso que é... Acho que a vivência dela. A contribuição dela é essa. O contato com essa tese, então, da Moema, deixou muito claro para a gente que existe uma questão de oportunidade política. E aí, de novo na questão do pragmatismo, tá? A Sociologia ela vai se fortalecer na estrutura curricular da Educação Básica brasileira de acordo com a abertura e fechamento da política geral do país. Então, na oportunidade a gente vai. Se a oportunidade for a questão parlamentar, a gente vai pelo parlamento. Se a oportunidade for a questão do conselho estadual, a gente vai para o conselho estadual. A gente nunca disse “não” para nenhuma oportunidade. Era muito mais uma questão de não fechar estratégias do que fazer uma opção única de estratégias, é muito mais nesse sentido. Aí eu particularmente, como intelectual da Educação, eu sempre acreditei muito no parlamento, enquanto uma força de vocalização de demandas populares, que é capaz de trazer transformações, inclusive, para o executivo, eu vou trabalhar isso no meu mestrado depois, nos anos 1990 também. Então, eu gosto do parlamento, sempre gostei do parlamento, sempre tive interesse nisso, queria sempre estar perto.

RMJ: Paula, onde você desenvolve esse trabalho de dissertação? E qual é o título? Você lembra? Qual o programa? E qual o título?

PM: A minha dissertação de mestrado é anos 1990, é na UFF. Mestrado na UFF. E é sobre a “Expansão da escola primária do governo Lacerda”, que era na primeira metade dos anos 60 na Guanabara. Então, ainda tem a ver com o financiamento da Educação, tem

a ver com representação social, da demanda educacional, e tem a ver com forças privatistas dentro da Educação no estado da Guanabara que é a atual cidade do Rio de Janeiro. Então, o tema foi outro. Mas eu trago ali a questão da análise dos arquivos legislativos como uma fonte de pesquisa importante para entender os pontos em comum da política educacional, que vai ser adotada pelo governo Lacerda. Então assim, eu acho importante olhar sempre... Ter como um aliado o parlamento. Vou dar um pulo bem grande para o ano 2019-2020, vocês acompanharam a mudança da LDB ano passado, com a reformulação do Ensino Médio. No Ensino Médio ela elimina nessa proposição da LDB, elimina a proposição, que nasce no conselho nacional de Educação, então elimina as disciplinas de espanhol, Sociologia, Filosofia, e acho que tem uma outra.

RMJ: Todas as disciplinas. As únicas disciplinas garantidas obrigatoriamente são língua portuguesa, matemática e língua estrangeira inglês. Todas as outras virariam... Seriam reunidas dentro de áreas, Ciências Humanas, Ciências Exatas, a reforma do Ensino Médio em 2017, ela preconiza essa estrutura do Ensino Médio.

PM: É, mas em 2019 que é o ponto da inflexão. Porque em 2019 a mudança da LDB traz os cinco eixos. Então, são os cinco eixos do Ensino Médio. E isso baseado no currículo... curricular mínimo obrigatório, não. Como é que é? É a composição curricular mínima do Ensino Médio, e tem uma do ensino fundamental. O ensino fundamental saiu antes, e a do Ensino Médio saiu depois. E não há nada de Ciências Sociais dentro dessa composição curricular mínima no Ensino Médio, não existe. Desapareceu. E você vai...

RMJ: Você está falando a base nacional?

PM: A base nacional curricular, isso! Desaparece. E aí, você não tem o nome Sociologia ali dentro. Você não tem. Você não tem o nome Antropologia. Você não tem um nome, entende? As línguas estrangeiras modernas, além do inglês, desaparecem. Então, você tem uma inflexão violenta em 2019, capitaneada pelo conselho nacional de Educação, que faz uma reforma, uma mudança na composição curricular das escolas públicas e nas privadas também, o Brasil inteiro. E mais uma vez, voltando a tese da Moema Toscano, em que você retira a Sociologia da composição curricular. Então, a tese da Toscano, ela, em termos gerais, faz esse caminho.

RMJ: A intermitência, né?

PM: A intermitência.

RMJ: Aí, a saída e retorno aos currículos é uma luta histórica e permanente dos cientistas sociais, que defendem o ensino de Sociologia na escola básica.

PM: E acompanhando...

RMJ: Tem sido assim.

PM: Sim. E acompanhando os movimentos da sociedade brasileira como um todo. O Estado Brasileiro como um todo, [nos momentos] mais ou menos democráticos. Mais ou menos abertos a propostas inclusivas. Mais ou menos abertos ao debate.

RMJ: Lier eu ia propor... E Paula também. Acho que a gente falou e recolheu informações importantíssimas, e tem um apanhado muito bom que a gente pode trabalhar em cima. Eu ia propor que a gente pudesse trabalhar com essa parte final, que a gente chamou de adendos, que tem essas questões né, que a Paula falasse um pouquinho do que ela faz atualmente, se ela é profissional da área de Ciências Sociais. Se ela atua com o ensino de Sociologia, ou Ciências Sociais em algum segmento nas universidades e tal. E como ela percebe, ela já falou um pouquinho da reforma né, o ensino de Sociologia hoje, o que permanece e o que mudou. E se quiser, está livre para fazer algum acréscimo. E eu vou fazer um teste técnico aqui, que eu espero não seja a nossa finalização, se não a gente volta, que é colocar a Paula em evidência. E aí ela faz essa finalização. Acho que é possível aqui. Posso? Deixa eu só ver se você consegue ficar em evidência.

PM: Eu estou sozinha na minha tela. Não estou vendo vocês não.

RMJ: É isso mesmo. Depois eu volto com todos nós para a gente finalizar.

PM: Então, nessa segunda década dos anos 80 que é muito rica em termos de participação política partidária, democrática, a constituição da democracia, o fim da ditadura. A gente vai fazer isso dentro da APSERJ. O nosso local de vocalização é a associação profissional dos sociólogos. E lá dentro a gente trás a bandeira das Ciências Sociais no Ensino Médio, como um lugar de levar pessoas que dominam os conceitos das Ciências Sociais para dentro de uma plataforma de formação de pessoas, que é a escola, com esses conteúdos que nenhum outro componente curricular trabalha. E nós começamos isso tentando trazer ali, quinta e oitava série, algumas formas de entrada, e depois a Sociologia no Segundo

Grau com uma bandeira primordial nossa. Mas a nossa atuação na APSERJ nesse momento não é só isso. A gente também vai tentar criar novas condições sindicais, e vai tentar criar novas condições de trabalho para sociólogos, os bacharéis formados e tentar inseri-los em alguns cargos abertos dentro das empresas, que nos anos 80 estão contratando sociólogos.

RMJ: Então, Paula, só para a gente finalizar mesmo, se você pudesse falar um pouquinho sobre esses adendos que a gente colocou, que você vinha falando. Como é que é sua atuação profissional hoje na área de Ciências Sociais? Você trabalha com o ensino de Sociologia ou Ciências Sociais? Em que segmento? Como é que você percebe o ensino de Sociologia hoje? Você falou um pouquinho da reforma, e da importância da gente. Imagino sempre estar atento a essa conjuntura política na área de Educação. Como é que é isso para você? Aí a gente faz a finalização, se você quiser acrescentar alguma coisa que você ache pertinente.

PM: A minha trajetória nos anos 1990, já vai ser toda focada na Educação em si, como pesquisadora, fazendo mestrado. E depois eu volto para o mercado de trabalho como pesquisadora de políticas sociais, eu vou ter duas ou três consultorias diferentes. E aí, no finalzinho dos anos 1990 eu vou trabalhar no SENAI na área de Educação, especialmente, na área de Educação a distância. Então, nos últimos 20 anos de trabalho, são todos aqui em Brasília, já nessa empresa, no SENAI, em tecnologias educacionais, Educação a distância, especialmente, mas não apenas. E eu não tenho mais nenhuma outra inserção com a questão da Sociologia no Ensino Médio, eu sou mais uma cidadã observando o movimento. Nesses últimos anos eu não trabalho nessa área mais não. E que meu filho, tendo a Sociologia aqui, na rede pública do Distrito Federal, ele terminou ano passado o Ensino Médio. E ele se apaixonou pelas questões das Ciências Sociais, pela Sociologia especificamente. Hoje em dia ele faz o curso de educador social e tal. Mas é interessante como que nós... Esse assunto desapareceu. Vai desaparecer do currículo das escolas básicas. A tendência, realmente, com a reforma de 2019 dos 5 eixos das escolas, do currículo do Ensino Médio, a tendência é, realmente, minimizar. E esses profissionais vão acabar sendo aproveitados em outras disciplinas, e é uma pena que essa...

RMJ: Ou pode nos jogar também outra vez nesse movimento que vocês fizeram com tanta força e louvor nos anos 80. Nos levar outra vez para a rua, a lutar outra vez pela manutenção.

[risos]

RMJ: As novas gerações na verdade. Porque eu não sou tão velho, mas também já não sou tão novo. Estive também na década de 1990, nos anos 2000, em 2001 todo aquele processo da votação no senado e veto do Fernando Henrique Cardoso nas ruas, com a federação do movimento estudantil de Ciências Sociais. Acho que tem uma nova geração aí de cientistas sociais que, certamente, vai ter que ir, e junto com todo o acúmulo que existe, que foi construído pela sua geração, pela minha. Fincar bandeira e voltar a lutar pela permanência da Sociologia na Educação Básica.

PM: Na Educação Básica. A Sociologia e a Filosofia, né.

RMJ: Sim. Sim. Claro.

PM: São questões que a gente não pode deixar de colocar.

RMJ: Sim. Paula, eu só tenho... Eu não sei se você quer acrescentar alguma coisa. Mas eu só tenho a agradecer em nome da pesquisa, meu, da Gracielle, que infelizmente hoje não pôde estar aqui, é a nossa PIBIDIANA, é a nova geração, estagiária. O Lier, né. E acho que foi muito rica, assim, as suas contribuições. Depois a gente queria muito, acho que o Lier certamente vai fazer esse contato, em tentar receber esses registros que você tem, essa documentação. Porque a gente além das entrevistas, a gente pretende montar um banco de histórias, um acervo, que vai ser divulgado, certamente, com site, com as entrevistas. Mas também, disponibilizar os documentos que existem. A gente está com o acervo que, provavelmente, é o acervo da APSEJ, foi doado pela Luitgarde para o Pedro II, que é a documentação. A gente vai fazer esse tratamento dessa documentação e transformar em um acervo disponível publicamente para os pesquisadores que quiserem ter acesso. Então, só tenho a te agradecer, e acho que a gente pode fazer uma despedida para encerrar, né. E prazer te conhecer, eu não te conhecia. Para mim é muito valoroso, assim. Eu sou pesquisador, estou começando essa pesquisa do ponto de vista de um projeto de doutorado, então, para mim está sendo muito rico também escutar vocês.

PM: Que bom! Que bom! Prazer imenso. É um momento importante da vida para a gente. Nós fomos jovens entrando no mercado de trabalho, em um momento que o país estava em um processo muito ruim de absorção da nossa força de trabalho nos anos 80. Segunda metade dos anos 80. E a gente conseguiu encontrar ali um local de militância política, defendendo uma proposta que a gente acreditava que era Educação de qualidade, que tenha pessoas formadas nas Ciências Sociais, com um lugar institucional dentro da formação dos jovens, para trabalhar conceitos, para trabalhar a história, para trabalhar as questões que somente as Ciências Sociais, a Sociologia, a Antropologia, a Política, conseguem trazer. E os jovens precisam disso. E isso precisa vir dentro de um lugar do Estado. E o lugar do Estado é a Educação, é a escola, especialmente, a escola pública. Não dá para as pessoas, os jovens não terem acesso a esse cabedal, a essas questões fora da escola, não existe outro lugar institucional para isso, tão eficiente para isso, melhor dizendo. Que existe, existe, mas tão eficiente para isso do que a escola... É um direito de todos.

RMJ: Eu te agradeço, Paula!